



MERCOSUL/SGT N° 4/ATA N°02/2010

XXX REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBGRUPO DE TRABALHO N° 4 – “ASSUNTOS FINANCEIROS”

Entre os dias 25 e 26 de novembro de 2010, os Coordenadores Nacionais reuniram-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, no âmbito da XXX Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho n.º 4 – Assuntos Financeiros do MERCOSUL. Estiveram presentes as Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A Delegação da Venezuela participou da reunião dos Coordenadores Nacionais, de acordo com os termos do disposto no artigo 7º da Decisão CMC 28/2005, complementada pela Decisão CMC 29/2005 e do Acordo Marco para a Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL.

A reunião foi aberta pelo diretor (Vice Governador) de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Luiz Awazu Pereira da Silva, que lembrou que em 2011 o MERCOSUL completará 20 anos e encorajou as delegações a celebrar a ocasião. Realçou que a instabilidade financeira internacional apresenta desafios a todos os países e que os sócios no Mercosul devem buscar soluções coordenadas, além do aprofundamento de uma integração que seja benéfica a todos. Desejou que os trabalhos fossem produtivos, e registrou a elevada qualidade técnica dos trabalhos do SGT-4, ressaltando a importância de ampliar a divulgação dos seus resultados.

1. Revisão do Anexo sobre Serviços Financeiros do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL e Propostas de Novas Bases para Negociação sobre Serviços no Mercosul – Posicionamento do SGT-4.

Os Coordenadores trataram da questão realçando a importância de se chegar a um consenso acerca de um modelo para negociações extra e intra-bloco, bem como se posicionar oficialmente acerca das propostas de se intensificar o processo de integração no MERCOSUL, em novas bases, incluindo a possível adoção de listas negativas.

Os Coordenadores Nacionais decidiram elaborar os seguintes documentos:

- i. Proposta de novo anexo de serviços financeiros intra-Mercosul.
- ii. Proposta de modelo de anexo de serviços financeiros extra-Mercosul.
- iii. Nota técnica a ser encaminhada ao GMC com considerações de novas bases para negociações de serviços financeiros no MERCOSUL.

A redação desses documentos será incluída no Programa de Trabalho do Subgrupo para 2011. Serão responsáveis pela elaboração dos documentos:

- i. Argentina – intra-Mercosul.



- ii. Brasil – novas bases de liberalização.
- iii. Uruguai – extra-Mercosul.

Os responsáveis pelos documentos os circularão até 18 de março de 2011.

Será realizada reunião de Coordenadores Nacionais dedicada exclusivamente a esses documentos. A reunião foi agendada, tentativamente, para os dias 6 e 7 de abril de 2011, no Paraguai.

2. Negociações MERCOSUL – Colômbia.

Foi tratado o Anexo de “Pagamentos e Movimentos de Capital” em discussão no âmbito das negociações entre o MERCOSUL e a Colômbia.

Os Coordenadores concordaram em alterar o texto com vistas a se buscar uma maior isonomia ao se preservar para ambas as partes e não apenas para a Colômbia a prerrogativa de adotar medidas estabelecidas em seu marco legal e para assegurar que o MERCOSUL não seja discriminado nos casos de exceções às restrições eventualmente adotadas.

3. Serviços Financeiros – Análise da Decisão CMC 49/2008 “Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no âmbito do MERCOSUL”.

Os Coordenadores analisaram o plano de trabalho estabelecido pela citada Decisão e decidiram completar o diagnóstico da situação atual (“fotografia”) e definir o grau de sensibilidade do setor de serviços financeiros.

PRAZOS	TAREFAS
1º semestre de 2009	Realizar um diagnóstico da situação atual (“fotografia”), definindo os setores cuja liberalização não apresenta maiores dificuldades (setores menos sensíveis), os setores com grau intermediário de dificuldade para liberalização e os setores altamente sensíveis, bem como os setores a serem objeto de harmonização/complementação dos marcos regulatórios em cada um dos prazos especificados abaixo. Indicar, ademais, os outros foros do MERCOSUL com os quais se deverão trabalhar nas negociações.
Até 2010	Consolidar o <i>status quo</i> regulatório nos setores ainda sem compromissos e eliminar as restrições de acesso a mercado e tratamento nacional nos setores menos sensíveis; progredir em termos de harmonização/complementação dos marcos regulatórios nos setores que se entenda necessário; identificar mecanismos que promovam a participação crescente no mercado de serviços regional dos operadores menos desenvolvidos.
Até 2012	Eliminar as restrições de acesso a mercado e tratamento nacional nos setores com grau intermediário de dificuldade para liberalização; progredir em termos de harmonização/complementação dos marcos regulatórios nos setores que se entenda necessário; identificar as medidas de regulamentação doméstica que possam constituir barreiras burocráticas ao comércio intrazona, com vistas à sua eliminação; considerar o aprofundamento das disciplinas MERCOSUL sobre regulamentação doméstica.
Até 2014	Eliminar as restrições de acesso a mercado e tratamento nacional nos setores altamente sensíveis; concluir o processo de harmonização/complementação dos marcos regulatórios; concluir o aprofundamento das disciplinas MERCOSUL sobre regulamentação doméstica; eliminar as medidas de regulamentação doméstica que se hajam identificado como entraves burocráticos ao comércio intrazona.



4. Análise do Mapa de Assimetrias sobre Serviços Financeiros relacionados ao Trato Nacional e Acesso aos Mercados

As delegações registraram a situação de atualização do quadro.

Foi comentado que em negociações a União Europeia não adota mais o W/120 para serviços financeiros

A Comissão de Seguros informou não haver no setor alterações dignas de nota, exceto medidas recentes no Paraguai.

A Comissão de Serviços Financeiros harmonizou a classificação setorial e apresentará versão consolidada até março de 2011.

A Comissão de Mercado de Capitais informou que trabalhará em proposta baseada em serviços e modos de prestação que, uma vez concluído, será avaliado pelos Coordenadores nacionais. Quanto à necessidade de harmonizar a classificação das listas de oferta setoriais, os Coordenadores receberam a decisão da Comissão em manter os serviços de sua competência separados em produtos, conforme consta na lista de oferta do Brasil. Os demais membros deverão adequar suas listas de modo a harmonizar a classificação.

Os Coordenadores reiteraram a importância de continuar trabalhando com vistas a adotar mesma interpretação do significado de cada serviço e do tipo de informação que consignará em cada sub-setor.

5. Análise do Quadro de Regimes Cambiais e de Restrição ao Movimento de Capitais.

Os Coordenadores Nacionais decidiram que o “Quadro de Regimes Cambiais e de Restrição ao Movimento de Capitais” passará a ser atualizado anualmente, até 31 de março, com informações até 31 de dezembro do ano anterior.

Em razão da conveniência de se publicar o quadro na página Web do SGT-4 uma vez que as informações nele disponíveis não demandam sigilo e sua publicação aumentaria a transparência, os Coordenadores Nacionais decidiram que o “Quadro de Regimes Cambiais e de Restrição ao Movimento de Capitais” passará a ser publicado na página web do SGT-4.

6. Análise do Quadro de Avanços dos Trabalhos das Comissões e Subcomissões

Os coordenadores tomaram nota que o *layout* do quadro foi atualizado.

Os Coordenadores decidiram que o Quadro de Avanços será revisado para permitir uso mais objetivo das informações nele contidas, com vistas a sua utilização como instrumento de acompanhamento dos compromissos assumidos. A delegação argentina se comprometeu a apresentar proposta até a próxima reunião.



7. Infográfico “Estrutura e Marco Regulatório do SGT-4”

A delegação brasileira apresentou a publicação da versão em português da Estrutura e Marco Regulatório do SGT-4, já publicada na página Web do SGT-4, e informou que a versão em espanhol será publicada até final de dezembro.

Decidiu-se que os Coordenadores Nacionais disseminariam a informação para suas Comissões e Subcomissões para acompanhamento e sugestões de melhorias.

Os coordenadores registraram que, uma vez publicado o “Infográfico”, será necessário um esforço conjunto e contínuo para atualizar e manter atualizadas as informações nele contidas.

8. Informes das Comissões e Subcomissões.

As delegações apresentam aos Coordenadores os seguintes informes:

8.1. Comissão do Sistema Financeiro

Novo Acordo de Capital (Basileia II): As delegações informaram seus avanços relativos à adequação ao novo Acordo. A Argentina mencionou que não houve avanços significativos desde maio até a data da atual reunião e que não prevê impactos significativos ao implementar Basileia III. O Brasil informou que está efetuando estudos visando à adequação a Basileia III. O Paraguai informou que está trabalhando no aumento de requisitos de capital. O Uruguai prevê a edição de normativos relacionados a risco operacional e provisões para operações de crédito, entre outras modificações visando à adequação aos padrões de Basileia II. Por fim, a Venezuela mencionou a existência de índices de solvência (contábil ponderado por risco), podendo ser complementados com base na avaliação da suficiência das provisões feitas pela supervisão.

Cumprimento dos 25 Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Eficaz: Cada delegação informou as ações adotadas e previstas para melhorar o cumprimento dos princípios citados. O Brasil efetuou uma auto-avaliação, gerando uma lista de pontos a serem aprimorados, tendo em vista um possível exercício de FSAP em 2012. A Argentina realizou um exercício de auto-avaliação, e o Paraguai está realizando um processo de FSAP.

Harmonização das normas que regulam os sistemas bancários: As delegações informaram suas novidades normativas. O quadro comparativo de normas sintetizado atualizado até Dezembro de 2009 foi publicado na página do Mercosul na internet. O Brasil simplificou o regime prudencial de suas cooperativas de crédito e incrementou requisitos de capital para de risco de mercado. A Argentina apresentou novidades em relação ao acesso a serviços financeiros. O Paraguai editou normas acerca da autorização para funcionamento de IFs e lavagem de dinheiro. O Uruguai informou modificações no funding das ditas empresas de serviços financeiros. Por fim, a Venezuela mencionou a perspectiva de reforma em sua lei dos bancos, assim como modificações nas atribuições do Organismo Supervisor.



Harmonização da classificação de serviços financeiros: O Brasil apresentou proposta de modificação em sua classificação, eliminando a abertura em “mercado de capitais” e “serviços bancários” nos serviços de emissões e de administração de ativos.

Mapa de Assimetrias em relação a serviços financeiros: Foram acordadas algumas modificações a fim de facilitar a detecção de assimetrias normativas. Será acordado um novo padrão de notas horizontais. Além disso, haverá modificações relacionadas a um melhor entendimento dos critérios de preenchimento do modo 4. Por fim, acordou-se o não preenchimento de informações relativas a serviços financeiros regulados pelos supervisores dos mercados de capitais nos modos 1 e 2.

Observância das recomendações internacionais relativas à crise financeira: O Brasil explicou suas medidas relacionadas ao fluxo cambial (majoração da tributação de investimentos estrangeiros) e assinalou que está estudando as recomendações do Financial Stability Board (FSB), inclusive a redução do uso de agências de rating. A delegação Argentina mencionou estudos referentes ao risco de liquidez. O Paraguai, por sua vez, tem observado a liquidez em situações de estresse. Já o Uruguai mencionou que a revisão de normas de liquidez se realizará com base nos resultados de sua participação em grupo técnico da ASBA, assim como a criação de um comitê de estabilidade financeira para monitorar o risco sistêmico. A Venezuela apresentou sua experiência com as intervenções de instituições financeiras, que culminaram num reforço dos critérios de supervisão e maiores exigências de capital.

Análise do cumprimento do Programa de Trabalho 2010 e aprovação do Programa para 2011: Ao analisar o Programa de Trabalho de 2010, pudemos observar o cumprimento dos compromissos pelas delegações. Foi acordado um Programa de Trabalho para 2011.

8.2. Subcomissão de Demonstrações Contábeis

Foi realizada pelo representante do Brasil uma apresentação, tratando da interdependência das normas prudenciais e contábeis, que permitiu uma ampla discussão do tema entre os países membros.

Destaca-se que as delegações discutiram a importância de acompanhar e analisar as recomendações internacionais relativas às demonstrações financeiras e respectivas informações complementares, à transparência e disciplina de mercado e às regras de auditoria externa, de forma a identificar as melhores práticas e avaliar o grau de evolução de cada um dos países. Nesse sentido, ficou acordado manter a discussão desses itens, de forma permanente. Especificamente, no que se refere ao IAS 01, esse tema encontra-se fora do horizonte de curto prazo da agenda do IASB. Dessa forma, a Subcomissão decidiu que não será tomada decisão, no momento, sobre o assunto, devendo cada país verificar os avanços domésticos, com vistas a apresentar esses pontos nas próximas reuniões.

Conforme acordado na última reunião, os representantes da Argentina apresentaram o quadro comparativo do IAS 39, bem como quadro contendo as modificações do IFRS 7. Decidiu-se continuar o esforço de acompanhamento do assunto, tendo em vista sua relevância. Foi amplamente discutida e apresentada como é o registro das operações de baixa de ativos, em cada uma das jurisdições, tendo sido acordado que avanços de regulação sobre o tema serão comunicados aos demais integrantes da Subcomissão.



Efetuu-se uma análise detalhada dos requisitos de divulgação de demonstrações contábeis e informações complementares de forma a avaliar o grau de evolução do tema, com vistas a propiciar adequada transparência para disciplina de mercado. De forma equivalente, foram avaliadas as informações para o consumidor bancário, que são disponibilizadas em cada país, no que tange à sua proteção e inclusão financeira.

Adicionalmente, foram discutidos pela Subcomissão aspectos relacionados às normas aplicáveis à auditoria externa, particularmente no que se refere ao alinhamento com as normas internacionais.

Debateu-se a importância do Balanço Social como instrumento de divulgação de aspectos relacionados à responsabilidade social das instituições financeiras, muito embora a apresentação desse relatório nas diversas jurisdições ainda ocorra de forma voluntária.

Os participantes foram unânimes em ressaltar a qualidade e a relevância do seminário realizado no dia 23 de novembro de 2010, em especial a apresentação realizada por Amaro Gomes membro do Board do IASB.

A delegação da Argentina preparou um histórico das atividades desenvolvidas pela Subcomissão de Apresentação de Demonstrações Contábeis (SGT 4 MERCOSUR – Subcomisión de Presentación de Estados Contables – Su constitución, Sus objetivos. Logros alcanzados. Camino por recorrer).

Por fim, foi realizada a avaliação do Plano de Trabalho de 2010, considerado extremamente produtivo e satisfatório, bem como foram elaboradas as linhas gerais do Plano de Trabalho de 2011, notadamente no que se refere aos temas permanentes.

8.3. Comissão de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo

Os representantes dos países participantes informaram a seus pares sobre as novidades do semestre.

Como habitual, a delegação anfitriã expôs caso prático relacionado com o tema, o que permitiu o intercâmbio de experiências entre os participantes.

As delegações resolveram continuar o programa de estágio, já que a atividade tem se mostrado positiva. A próxima visita será realizada no Uruguay durante o primeiro semestre de 2011, uma vez que a prevista para o segundo semestre de 2010 não se realizou, incluindo funcionários de Bancos Centrais, UIF e reguladores de seguros e valores.

Sobre as movimentações de dinheiro em espécie, as delegações concordaram sobre a necessidade de os países membros identificarem as instituições financeiras que realizam as operações que impactam a referida planilha e examinarem os procedimentos de prevenção de lavagem de dinheiro e de combate ao financiamento do terrorismo adotados na realização de tais operações.



Com relação ao tema Pessoas politicamente expostas (PPE), as delegações concordaram em descontinuar a discussão do tema na comissão, tendo em vista que o assunto também tem sido objeto de debate no Gafisud.

Foram avaliados o programa de trabalho do segundo semestre de 2010 e do ano de 2011.

Foi discutida a Resolução GMC nº 53/00, que trata das pautas de regulação mínima para prevenção de lavagem de dinheiro. Considerando o tempo decorrido desde a edição desse documento, a evolução do assunto prevenção de lavagem de dinheiro e a inclusão do tema combate ao financiamento do terrorismo, após 2001. As delegações concordaram sobre a necessidade de revisão da Resolução GMC nº 53/00 com o objetivo de propor novas pautas de regulação mínima.

As delegações também se comprometeram a realizar estudo sobre os impactos em suas normas das alterações das 40+9 Recomendações do Gafi, e respectivas notas interpretativas, que se encontram em discussão naquele fórum.

Foi redigida minuta de comunicação da comissão ao Gafisud, a ser submetida à avaliação dos coordenadores nacionais, reportando a adoção da providência indicada acima, com a sugestão de que o mesmo seja realizado no ambiente daquele fórum, mais ampliado em relação à comissão, pois abrange outros segmentos regulados e outros países.

Com relação ao tema auditoria independente, o Brasil ainda estuda a pertinência de propor alterações em suas normas para indicar pauta de trabalho de auditoria independente específica para os controles relacionados com a prevenção de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, a exemplo do que teriam as normas dos demais países membros.

A delegação do Paraguai ficou encarregada de adotar providências com vistas a solucionar as deficiências ainda existentes em relação ao Foro Virtual, para efetivo funcionamento do mecanismo e utilização por parte de todos os países membros.

Por fim, a respeito do tema novas modalidades de pagamento, ficou registrado que também é assunto em discussão no GAFISUD, motivo pelo qual não será tratado no âmbito da comissão.

Os coordenadores Nacionais tomaram conhecimento e aprovaram o encaminhamento da proposta de comunicação preparada pela Comissão PLDFT ao GAFISUD.

8.4. Comissão do Mercado de Capitais

Foi acordada a mudança de prazo para a finalização do Projeto de Decisão sobre Convênio de Intercâmbio de Informações e Assistência entre Autoridades do Mercado de Valores. Feita a análise, foi acordado novo texto que será objeto de consultas para com vistas definição de documento final até 31 de março de 2011.



Foi acordada a mudança de prazo para a finalização do Projeto sobre Prospecto MERCOSUL. Feita a análise dos pontos pendentes e identificada a necessidade de aclaração de alguns conceitos e definições.

Acordou-se o texto final do Projeto de Acordo-Quadro para a elaboração de demonstrações financeiras conforme as normas internacionais de informação financeira (NIIF/IFRS). Foi solicitado aos Coordenadores Nacionais elevação da proposta ao GMC e CMC para aprovação ainda este ano.

Foi estabelecido o cronograma para a apresentação das estatísticas MERCOSUL de 2010.

Foi elaborada revisão final das informações prestadas no Mapa de Assimetrias e entregue aos coordenadores. Outrossim, foi apresentada proposta de revisão do Mapa e submetida a aprovação dos Coordenadores com pedido de substituição do formato atual.

Informação sobre normas regulatórias do mercado de valores mobiliários emitidas pelos países membros. Realizado.

Foi proposta a realização de reunião prévia à reunião regular do SGT-4 no próximo semestre. Outrossim, a Comissão do Mercado de Capitais propôs à Coordenação Nacional a mudança de seu nome para “Comissão do Mercado de Valores Mobiliários”, em português e “Comisión de Mercado de Valores”, em espanhol. Os Coordenadores Nacionais receberam a solicitação e a submeterá ao GMC em momento oportuno.

Os Coordenadores Nacionais tomaram conhecimento da proposta, apresentada pela Comissão de Mercado de Capitais, de ajustes no Mapa de Assimetrias com vistas a torná-lo mais funcional e manifestaram a importância da iniciativa considerando o aperfeiçoamento agregado.

Os Coordenadores Nacionais tomaram conhecimento da solicitação de encaminhamento de proposta de Decisão ao CMC para regulamentação mínima sobre a Elaboração e Divulgação das Demonstrações Financeiras e revogação da Decisão CMC nº 13/94. A proposta foi recepcionada pelos Coordenadores Nacionais e recebeu alteração em seu Art. 3 para “Esta Decisão deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 31 de março de 2011”. A PPTB do SGT-4 submeterá o projeto ao GMC.

8.5. Comissão de Seguros

As delegações do Paraguai e Brasil apresentaram novas propostas de Acordo Marco para as demais delegações. Sobre este ponto foi discutido o entendimento dos termos “sucursal” e “escritório de representação” e as formas de constituição desses tipos de empresa, incluindo suas necessidades de Capital e Reservas, bem como a adequação de cada tipo à legislação de cada Estado Parte.

Tais assuntos serão apresentados pelas delegações aos seus respectivos órgãos supervisores para aprofundamento visando à consolidação de um futuro Acordo.



Foi acordado que deverá haver uma reunião ad hoc entre os países, aproximadamente três meses antes de cada reunião ordinária do SGT-4 para atingir a meta de 2015 definida pela Decisão 049/2008 do CMC.

Foi elaborado quadro com a análise completa do cumprimento do Programa de Trabalho de 2010 e o Programa de Trabalho para o ano 2011.

A delegação Argentina comunicou a recente nomeação de Francisco Durañona como Superintendente da SSN.

A SSN Argentina e a Superintendência de Serviços Financeiros do Uruguai decidiram tomar as devidas ações para a adoção de uma metodologia de Solvência II nos seus respectivos países e a delegação brasileira os convidou a uma visita técnica em seu país, visto estar em estágio mais avançado neste aspecto.

Os Estados Partes acordaram analisar o grau de aplicação dos PBS 4, 5, 13, 15, 16 e 17, atualizados em Outubro 2010 pela IAIS.

Com respeito à norma do Paraguai sobre aceitação de resseguros de empresas instaladas no âmbito da ASSAL, os outros Estados Partes outra vez manifestaram sua preocupação. A delegação do Paraguai manifesta que tal preocupação foi posta à consideração na instância pertinente

Os Coordenadores receberam a proposta apresentada pela Comissão e apoiaram a realização de reunião extraordinária em março de 2011, no Uruguai, considerando-a condição necessária para alcançar a meta definida pela Decisão 049/08, do CMC.

Até a próxima reunião ordinária do SGT-4, prevista para maio de 2011 no Paraguai, a Comissão apresentará calendário de aplicação do Acordo Marco de condição de acesso a empresas de seguros

9. Análise do Programa de Trabalho 2010 e elaboração do Programa de Trabalho 2011

Constatou-se que do programa de 2010, não foi realizado o seminário com a Asean em função de não ter sido possível um acordo com a Asean para sua realização.

O Programa de Trabalho para 2011 foi discutido e aprovado na forma do Anexo X.

10. MERCOSUL – SGT-4 – 20 anos – Cartilha sobre Assuntos Financeiros e outras atividades.

As delegações trataram dos 20 anos que o MERCOSUL completará no primeiro semestre de 2011, durante a Presidência Pro-Tempore Paraguaia (PPTP).

Foi informado que será lançada no Brasil moeda comemorativa no valor de R\$1,00 alusiva as celebrações dos 20 anos do MERCOSUL.

Os Coordenadores Nacionais trataram da proposta de lançamento de uma cartilha sobre assuntos financeiros, incluindo textos e imagens, mostrando os trabalhos e avanços do setor



financeiro no âmbito do MERCOSUL durante esse período. A proposta foi aprovada e será coordenada pelo Brasil, que enviará para consideração dos Coordenadores uma proposta acerca do formato da cartilha (conteúdo, público alvo), a partir da qual se elaborarão os planos de produção da cartilha. Os coordenadores decidiram que a cartilha será produzida até dezembro de 2011.

11. Relacionamento Externo.

a) Negociações MERCOSUL – União Européia.

Os Coordenadores Nacionais registraram que a negociação MERCOSUL – União Europeia exigirá atenção redobrada dos reguladores financeiros do SGT-4 por ter crescido em importância e por poder ser utilizada na definição de novas bases para a negociação de serviços.

Os Coordenadores estiveram presentes na reunião de negociação do Grupo de Serviços e Investimentos por ocasião da discussão do Anexo de Serviços Financeiros do Acordo MERCOSUL – União Europeia, que teve lugar no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, na manhã do dia 26. Dada a especificidade e sensibilidade do setor financeiro e, pelo fato de que a negociação avança para etapa em que é requerido aprofundamento técnico, concordaram com a importância da participação e coordenação entre os representantes do SGT-4 nas rodadas de negociações de serviços financeiros.

b) Negociações na OMC.

Os Coordenadores constataram que não existe, no curto prazo, perspectiva de relançamento das negociações de serviços no GATS em virtude de ausência de acordo sobre as modalidades de agricultura e NAMA.

Registrou-se, entretanto, a necessidade de se acompanhar e buscar uma atuação coordenada nas reuniões que seguem sendo realizadas na OMC e que permitem vislumbrar/antever os pontos sensíveis em serviços financeiros em um eventual relançamento das negociações.

c) Unasul.

Constatou-se que os Chefes de Estado do MERCOSUL têm colocado a União Sul Americana das Nações (Unasul) como prioridade.

Registrou-se que houve reunião de GT da Unasul para discutir a criação de um Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças e a continuidade das discussões sobre a arquitetura financeira da região na qual foi proposta uma versão para discussão do estatuto do Conselho Sul Americano de Economia e Finanças.

Os coordenadores concluíram que as discussões financeiras neste fórum podem demandar um acompanhamento maior com vistas a se evitar uma atuação descoordenada em relação ao que se vem discutindo e decidindo no SGT-4.



d) Informes sobre o SML.

Foi realizado um informe da evolução das operações no SML entre Brasil e Argentina, bem como uma atualização dos preparativos para entrada em operação do SML entre Brasil e Uruguai.

A Coordenação Nacional brasileira informou estar em discussão o funcionamento do SML com outros países.

e) Relacionamento entre Bancos Centrais.

Foram discutidas pelos Coordenadores Nacionais possíveis formas de se intensificar a cooperação técnica voltada para os temas do SGT-4 e atividades conexas, avaliando eventuais programas de cooperação.

O BCB informou desenvolver programas de cooperação técnica com bancos centrais e instituições internacionais, com vistas à transferência de conhecimentos e de boas práticas. Informou ainda que possui uma série Memorandos de Entendimentos (MOU) para cooperação técnica.

O BCB se colocou à disposição para desenvolver projetos a serem implementados com os demais sócios.

f) Data da próxima reunião em 2011 – Presidência Pró-tempore do Paraguai.

O Delegado do Paraguai indicou como data tentativa para a XXXI Reunião do SGT-4, a semana de 9 a 13 de maio de 2011, tentativamente, na cidade de Assunção.

12. Convite a países associados do MERCOSUL para participar, sem direito a voto, das reuniões do SGT-4, em consonância com a Decisão CMC 18/04.

A Decisão CMC 18/04 que trata da possibilidade de convidar os países associados ao MERCOSUL para participarem das reuniões do SGT-4, sem direito a voto, foi apresentada aos Coordenadores Nacionais.

Considerou-se que essa participação seria uma forma de buscar maior integração e aproximação com os países associados sobre assuntos financeiros.

Os Coordenadores do SGT-4 avaliaram que cada sócio analisará o assunto e tratarão sobre o tema na próxima reunião.

13. Assuntos Gerais.

- i. Atualização de dados sobre os participantes do SGT-4: foi reiterada a necessidade de os Coordenadores Nacionais, as Comissões e as Subcomissões atualizarem os dados referentes a “participantes” com “nome, e-mail, instituição, telefone” e encaminharem, até 31/12/2010, ao endereço coint.derin@cbg.gov.br, para publicação na página Web do SGT-4.



- ii. Seminário sobre IFRS: Os Coordenadores tomaram ciência da realização – em paralelo às reuniões e com participação de muitos dos delegados do SGT-4 – do seminário IFRS, no dia 23/11/2010 na Unibacen.
- iii. 2º Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira: Os Coordenadores tomaram ciência do Fórum, realizado pelo BCB em Brasília, de 17 a 19/11/2010, com o objetivo de construir agenda para promoção de adequada inclusão financeira no Brasil, por meio de parcerias, em busca de um sistema financeiro sustentável, eficiente e inclusivo.

ANEXOS

Os anexos que formam a presente ata são os seguintes:

- Anexo I: Lista de Participantes.
- Anexo II: Agenda.
- Anexo III: Resumo Executivo.
- Anexo IV: Ata da Comissão do Sistema Financeiro.
- Anexo V: Ata da Subcomissão de Estados Contábeis.
- Anexo VI: Ata da Comissão de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo.
- Anexo VII: Ata da Comissão do Mercado de Capitais.
- Anexo VIII: Ata da Comissão de Seguros.
- Anexo IX: Avaliação do Programa de Trabalho de 2010.
- Anexo X: Programa de Trabalho de 2011.
- Anexo XI: Quadro de avanços dos trabalhos das Comissões do SGT-4.



Pela delegação da Argentina
María Cristina Pasin

Pela delegação do Brasil
Daniela Pires Ramos de Alcântara

Pela delegação do Paraguai
Victor Cuevas Nuñez

Pela delegação do Uruguai
María del Rosario Furest

Pela Delegação da Venezuela
Nelson Lugo Cordero